

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	39
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	40

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Ordinária		0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe C	0,11265
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	05/05/2017	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo	20/07/2017	Ordinária		0,11921
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo	20/07/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,11921
Assembléia Geral Ordinária	19/04/2017	Dividendo	20/07/2017	Preferencial	Preferencial Classe C	0,11921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.222.075	1.249.895
1.01	Ativo Circulante	65.564	64.879
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.871	25.712
1.01.03	Contas a Receber	16.248	25.989
1.01.03.01	Clientes	628	924
1.01.03.01.01	Concessionárias	628	924
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.620	25.065
1.01.03.02.01	Rendas a receber	15.620	25.065
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.146	7.717
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.146	7.717
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.299	5.461
1.01.08.03	Outros	7.299	5.461
1.01.08.03.02	Prêmio de risco e ressarcimento - GSF	988	56
1.01.08.03.03	Outros créditos	6.311	5.405
1.02	Ativo Não Circulante	1.156.511	1.185.016
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.358	1.373
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.358	1.373
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	747	652
1.02.01.09.04	Prêmio de risco e ressarcimento - GSF	503	539
1.02.01.09.05	Outros créditos	108	182
1.02.03	Imobilizado	1.140.072	1.166.383
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.104.523	1.125.842
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	35.549	40.541
1.02.04	Intangível	15.081	17.260
1.02.04.01	Intangíveis	15.081	17.260
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.542	16.582
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	423	245
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	116	433

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.222.075	1.249.895
2.01	Passivo Circulante	72.485	87.955
2.01.02	Fornecedores	3.084	2.218
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.084	2.218
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.875	12.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.832	12.084
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.104	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.728	12.084
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	20	25
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	23	62
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.563	11.985
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.563	11.985
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.563	11.985
2.01.05	Outras Obrigações	42.558	51.170
2.01.05.02	Outros	42.558	51.170
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	35.408	43.920
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.563	4.584
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.587	2.666
2.01.06	Provisões	7.405	10.411
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57	57
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	57	57
2.01.06.02	Outras Provisões	7.348	10.354
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.348	10.354
2.02	Passivo Não Circulante	152.367	153.651
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	84.673	82.957
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	84.673	82.957
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	84.673	82.957
2.02.02	Outras Obrigações	42.844	45.223
2.02.02.02	Outros	42.844	45.223
2.02.02.02.05	Uso do bem público	42.824	45.175
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	20	48
2.02.03	Tributos Diferidos	9.323	9.151
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.323	9.151
2.02.04	Provisões	15.527	16.320
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.931	10.073
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	281	110
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	734	642
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.916	9.321
2.02.04.02	Outras Provisões	4.596	6.247
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.596	6.247
2.03	Patrimônio Líquido	997.223	1.008.289
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	141.081	189.026
2.03.04.01	Reserva Legal	44.640	44.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	62.787	48.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	62.666
2.03.04.10	Reserva de Investimento	33.654	33.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.879	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	331	331

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	44.151	132.619	69.773	208.947
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.760	-47.895	-16.328	-43.209
3.02.01	Custo com energia elétrica	-336	-937	-347	-1.143
3.02.02	Custo de operação	-16.424	-46.958	-15.981	-42.066
3.03	Resultado Bruto	27.391	84.724	53.445	165.738
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.290	-9.881	-4.421	-12.511
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.319	-9.750	-4.463	-12.429
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.964	-8.718	-3.957	-11.659
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-355	-1.032	-506	-770
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29	0	42	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-131	0	-82
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.101	74.843	49.024	153.227
3.06	Resultado Financeiro	-1.952	-18.964	-22.114	-34.873
3.06.01	Receitas Financeiras	898	5.210	2.383	6.806
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.850	-24.174	-24.497	-41.679
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.149	55.879	26.910	118.354
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.533	-19.000	-8.777	-39.368
3.08.01	Corrente	-5.858	-18.828	-9.136	-39.485
3.08.02	Diferido	-1.675	-172	359	117
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.616	36.879	18.133	78.986
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.616	36.879	18.133	78.986
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02800	0,06385	0,03450	0,14395
3.99.01.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,02716	0,06385	0,03450	0,14395
3.99.01.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,02716	0,06385	0,03450	0,14395

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02800	0,06385	0,03450	0,14395
3.99.02.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,02716	0,06385	0,03450	0,14395
3.99.02.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,02716	0,06385	0,03450	0,14395

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	14.616	36.879	18.133	78.986
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.616	36.879	18.133	78.986

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	94.104	151.872
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	114.281	191.267
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.879	118.354
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	36.413	31.619
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	97	159
6.01.01.05	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.721	28.435
6.01.01.06	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.170	5.020
6.01.01.07	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	92	29
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	957	1.821
6.01.01.09	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	-182	1.226
6.01.01.10	Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos	5.256	5.118
6.01.01.11	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-136	-550
6.01.01.12	Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	-20	-21
6.01.01.13	Amortização do prêmio de risco - GSF	36	36
6.01.01.14	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-2	0
6.01.01.15	Outros	0	21
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.177	-39.395
6.01.02.01	Concessionárias	296	458
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-988	-2.123
6.01.02.03	Rendas a receber	9.445	-5.850
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-93	-157
6.01.02.05	Prêmio de risco - GSF	0	-485
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-1.764	-765
6.01.02.07	Fornecedores	866	-2.847
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	-6.425	-1.305
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	0	61
6.01.02.10	Provisões	-4.976	-1.806
6.01.02.11	Uso do bem público	-3.542	-3.295
6.01.02.12	Outros passivos operacionais	-87	-5
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-12.909	-21.276
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.805	-2.008
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-7.805	-2.008
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-73.140	-159.257
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-56.457	-122.334
6.03.03	Pagamentos de encargos de dívidas	-16.683	-36.923
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.159	-9.393
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.712	49.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.871	40.270

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	189.026	0	331	1.008.289
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.945	0	0	-47.945
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO	0	0	-47.945	0	0	-47.945
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.879	0	36.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.879	0	36.879
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	141.081	36.879	331	997.223

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-92.610	0	0	-92.610
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.04.09	Dividendo adicional aprovado - RCA	0	0	-68.858	0	0	-68.858
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.986	0	78.986
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.986	0	78.986
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	167.184	78.986	356	1.065.458

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	154.446	237.811
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	146.313	230.467
7.01.02	Outras Receitas	18	212
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	8.115	7.132
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.253	-21.135
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	299	-35
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.809	-18.173
7.02.04	Outros	-2.743	-2.927
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-1.331	-1.234
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-1.412	-1.693
7.03	Valor Adicionado Bruto	135.193	216.676
7.04	Retenções	-36.508	-31.683
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.508	-31.683
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	98.685	184.993
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.355	7.137
7.06.02	Receitas Financeiras	5.355	7.137
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	104.040	192.130
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	104.040	192.130
7.08.01	Pessoal	8.847	8.990
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.963	7.040
7.08.01.02	Benefícios	1.400	1.468
7.08.01.03	F.G.T.S.	484	482
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.829	62.174
7.08.02.01	Federais	33.583	61.724
7.08.02.02	Estaduais	95	429
7.08.02.03	Municipais	151	21
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.485	41.980
7.08.03.01	Juros	24.174	41.679
7.08.03.02	Aluguéis	311	301
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.879	78.986
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.879	78.986

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JULHO A SETEMBRO DE 2017(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.625 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %			
		3T 17	3T 16		9M 17	9M 16	
Financeiros							
Ativo total	R\$ mil	1.222.075	1.268.888	-3,7%			
Patrimônio líquido	R\$ mil	997.223	1.065.458	-8,4%			
Dívida líquida	R\$ mil	59.365	45.678	30,0%			
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,06	0,04	38,9%			
Dívida líquida/ EBITDA (3 meses)	vezes	0,35	0,20	71,7%			
RESULTADOS							
	Unidade	3º Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		3T 17	3T 16		9M 17	9M 16	
Receita Líquida	R\$ mil	44.151	69.773	-36,7%	132.619	208.947	-36,5%
Gastos gerenciáveis *	R\$ mil	-19.714	-20.402	-3,4%	-56.839	-54.577	4,1%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-336	-347	-3,2%	-937	-1.143	-18,0%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	24.101	49.024	-50,8%	74.843	153.227	-51,2%
EBITDA	R\$ mil	36.290	61.090	-40,6%	111.256	184.846	-39,8%
Resultado financeiro	R\$ mil	-1.952	-22.114	-91,2%	-18.964	-34.873	-45,6%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	22.149	26.910	-17,7%	55.879	118.354	-52,8%
Lucro líquido	R\$ mil	14.616	18.133	-19,4%	36.879	78.986	-53,3%
* inclui depreciação e amortização							
Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	82,20%	87,56%	-5,4%	83,89%	88,47%	-4,6%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	33,10%	25,99%	7,1%	27,81%	37,80%	-10,0%

DESEMPENHO OPERACIONAL

No 3T17, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 339,4 GWh, 39,2% inferior aos 558,1 GWh gerados no 3T16 devido a menor afluência do Rio Tocantins.

Comentário do Desempenho**DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	3T17	3T16	var. %	9M17	9M16	var. %
Receita operacional bruta	48.692	76.945	-36,7%	146.313	230.467	-36,5%
(-) Deduções à receita operacional	-4.541	-7.172	-36,7%	-13.694	-21.520	-36,4%
(=) Receita operacional líquida	44.151	69.773	-36,7%	132.619	208.947	-36,5%
Gastos não gerenciáveis	-336	-347	-3,2%	-937,0	-1.143,0	-18,0%
Energia elétrica comprada para revenda	70	36	94,4%	271	-23	-1278,3%
Encargos de uso da rede elétrica	-406	-383	6,0%	-1.208	-1.120	7,9%
Outros gastos não gerenciáveis	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Margem bruta	43.815	69.426	-36,9%	131.682	207.804	-36,6%
Gastos gerenciáveis	-7.525	-8.336	-9,7%	-20.426	-22.958	-11,0%
Pessoal	-3.286	-3.333	-1,4%	-9.599	-9.862	-2,7%
Materiais e serviços de terceiros	-3.723	-4.579	-18,7%	-9.114	-11.381	-19,9%
Arrendamentos e aluguéis	-113	-93	21,5%	-302	-292	3,4%
Provisões e contingências	29	-14	-307,1%	-101	-138	-26,8%
Outros gastos gerenciáveis	-432	-317	36,3%	-1.310	-1.285	1,9%
EBITDA	36.290	61.090	-40,6%	111.256	184.846	-39,8%
Depreciação e amortização	-12.189	-12.066	1,0%	-36.413	-31.619	15,2%
Resultado financeiro	-1.952	-22.114	-91,2%	-18.964	-34.873	-45,6%
Imposto de renda e contribuição social	-7.533	-8.777	-14,2%	-19.000	-39.368	-51,7%
Lucro líquido	14.616	18.133	-19,4%	36.879	78.986	-53,3%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 44,2 milhões no 3T17, queda de 36,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda de R\$ 25,6 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 0,336 milhões no terceiro trimestre de 2017, redução de R\$ 0,011 milhões quando comparado ao resultado de R\$ 0,347 milhões no mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 7,5 milhões no terceiro trimestre de 2017, queda de 9,7% em relação ao terceiro trimestre de 2016, sendo R\$ 0,8 milhões em despesa com meio ambiente.

No terceiro trimestre de 2017 o **EBITDA** alcançou R\$ 36,3 milhões, valor 40,6% inferior ao alcançado no 3T16, devido à menor receita de arrendamento do período.

O **Resultado Financeiro Líquido** no 3T17 variou positivamente em R\$ 20,2 milhões, 91,2% em relação a 3T16, devido às despesas financeiras do pagamento de dividendos extraordinários para os detentores de ações preferenciais no valor de R\$21,1M, contabilizadas como encargos de dívidas.

No 3T17, a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 14,6 milhões, 19,4% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função da menor receita de arrendamento.



Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	3T17	2T17	var.%	3T16	var.%
(+) Dívida bruta	98.236	101.169	-2,90%	85.948	14,30%
(-) Disponibilidades	-38.871	-32.110	21,06%	-40.270	-3,47%
(=) Dívida Líquida	59.365	69.059	-14,04%	45.678	29,96%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 98,2 milhões em 30 de setembro de 2017, composta principalmente pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificado como encargos de dívidas.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 38,8 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 59,3 milhões em 30 de setembro de 2017, decréscimo de 14,0% em relação ao 2º trimestre de 2017. Essa variação deve-se, em maior parte, pela diminuição da geração de caixa e pelo pagamento dos dividendos.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.871	25.712
Concessionárias		628	924
Rendas a receber	5	15.620	25.065
Impostos e contribuições sociais	6	3.146	7.717
Prêmio de risco e ressarcimento - GSF	9	988	56
Outros créditos		6.311	5.405
Total do Ativo Circulante		65.564	64.879
Não circulante			
Depósitos vinculados	14	747	652
Prêmio de risco e ressarcimento - GSF	9	503	539
Outros créditos		108	182
		1.358	1.373
Imobilizado	10	1.140.072	1.166.383
Intangível	11	15.081	17.260
		1.155.153	1.183.643
Total do Ativo Não circulante		1.156.511	1.185.016
TOTAL DO ATIVO		1.222.075	1.249.895
PASSIVO			
	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores		3.084	2.218
Impostos e contribuições sociais	6	5.875	12.171
Dividendos	12	35.408	43.920
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	13.563	11.985
Benefícios pós-emprego		57	57
Uso do bem público		4.563	4.584
Provisões	14	7.348	10.354
Outras contas a pagar		2.587	2.666
Total do Passivo Circulante		72.485	87.955
Não circulante			
Tributos diferidos	7	9.323	9.151
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	84.673	82.957
Benefícios pós-emprego		734	642
Uso do bem público		42.824	45.175
Provisões	14	14.793	15.678
Outras contas a pagar		20	48
Total do Passivo Não circulante		152.367	153.651
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	804.459	804.459
Reservas de capital	15.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	15.2	141.081	189.026
Outros resultados abrangentes		331	331
Lucros acumulados		36.879	
Total do Patrimônio líquido		997.223	1.008.289
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.222.075	1.249.895

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
Receitas	16	44.151	69.773	132.619	208.947
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	17				
Custo do serviço de energia elétrica		(336)	(347)	(937)	(1.143)
Custo de operação		(16.424)	(15.981)	(46.958)	(42.066)
		<u>(16.760)</u>	<u>(16.328)</u>	<u>(47.895)</u>	<u>(43.209)</u>
Lucro bruto		27.391	53.445	84.724	165.738
Despesas e Receitas operacionais	17				
Despesas gerais e administrativas		(2.964)	(3.957)	(8.718)	(11.659)
Depreciações e amortizações		(355)	(506)	(1.032)	(770)
Outras despesas e receitas operacionais		29	42	(131)	(82)
		<u>(3.290)</u>	<u>(4.421)</u>	<u>(9.881)</u>	<u>(12.511)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		24.101	49.024	74.843	153.227
Resultado financeiro	18				
Receitas financeiras		898	2.383	5.210	6.806
Despesas financeiras		(2.850)	(24.497)	(24.174)	(41.679)
		<u>(1.952)</u>	<u>(22.114)</u>	<u>(18.964)</u>	<u>(34.873)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		22.149	26.910	55.879	118.354
Tributos sobre o lucro	19				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.858)	(9.136)	(18.828)	(39.485)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.675)	359	(172)	117
		<u>(7.533)</u>	<u>(8.777)</u>	<u>(19.000)</u>	<u>(39.368)</u>
Lucro líquido do período		14.616	18.133	36.879	78.986
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	20				
ON		0,02800	0,03450	0,06385	0,14395
PNR				0,01223	0,01223
PNA		0,02716	0,03450	0,06385	0,14395
PNB				0,03669	0,03669
PNC		0,02716	0,03450	0,06385	0,14395

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>01/07/2017 à 30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 à 30/09/2016</u>	<u>01/01/2017 à 30/09/2017</u>	<u>01/01/2016 à 30/09/2016</u>
Lucro líquido do período	14.616	18.133	36.879	78.986
Resultado abrangente do período	<u>14.616</u>	<u>18.133</u>	<u>36.879</u>	<u>78.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas



INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082
Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016			(23.752)			(23.752)
Dividendo adicional aprovado - RCA de 26/08/2016			(68.858)			(68.858)
Lucro líquido do período					78.986	78.986
Saldos em 30 de setembro de 2016	804.459	14.473	167.184	356	78.986	1.065.458
Saldos em 31 de dezembro de 2016	804.459	14.473	189.026	331	-	1.008.289
Dividendo adicional aprovado - AGO de 19/04/2017			(47.945)			(47.945)
Lucro líquido do período					36.879	36.879
Saldos em 30 de setembro de 2017	804.459	14.473	141.081	331	36.879	997.223

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	55.879	118.354
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	36.413	31.619
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	97	159
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.721	28.435
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.170	5.020
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	92	29
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	957	1.821
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(182)	1.226
Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos	5.256	5.118
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	(20)	(21)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(2)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(136)	(550)
Amortização do prêmio de risco - GSF	36	36
Outros		21
	<u>114.281</u>	<u>191.267</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	296	458
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(988)	(2.123)
Cauções e depósitos vinculados	(93)	(157)
Prêmio de risco - GSF		(485)
Rendas a receber	9.445	(5.850)
Outros ativos operacionais	(1.764)	(765)
	<u>6.896</u>	<u>(8.922)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	866	(2.847)
Outros tributos e contribuições sociais	(6.425)	(1.305)
Benefícios pós-emprego		61
Provisões	(4.976)	(1.806)
Uso do bem público	(3.542)	(3.295)
Outros passivos operacionais	(87)	(5)
	<u>(14.164)</u>	<u>(9.197)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>107.013</u>	<u>173.148</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.909)	(21.276)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>94.104</u>	<u>151.872</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(7.805)	(2.008)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	<u>(7.805)</u>	<u>(2.008)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(56.457)	(122.334)
Pagamentos de encargos de dívidas	(16.683)	(36.923)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	<u>(73.140)</u>	<u>(159.257)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>13.159</u>	<u>(9.393)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	38.871	40.270
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.712	49.663
	<u>13.159</u>	<u>(9.393)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2017	2016
Geração do valor adicionado	154.446	237.811
Receita operacional	146.313	230.467
Receita relativa à construção de ativos próprios	8.115	7.132
Outras receitas	18	212
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(19.253)	(21.135)
Custos da energia comprada	299	(35)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.331)	(1.234)
Materiais	(7.878)	(1.418)
Serviços de terceiros	(8.931)	(16.755)
Outros custos operacionais	(1.412)	(1.693)
Valor adicionado bruto	135.193	216.676
Retenções		
Depreciações e amortizações	(36.508)	(31.683)
Valor adicionado líquido produzido	98.685	184.993
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.355	7.137
Valor adicionado total a distribuir	104.040	192.130
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.963	7.040
Benefícios	1.400	1.468
FGTS	484	482
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	33.583	61.724
Estaduais	95	429
Municipais	151	21
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	24.174	41.679
Aluguéis	311	301
	67.161	113.144
Lucros retidos	36.879	78.986
	104.040	192.130

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de “Produtor Independente”, nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 30 de setembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$47.387 (R\$49.759 em 31 de dezembro de 2016). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 16 de outubro de 2017.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2016.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 22 de fevereiro de 2017. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da nota explicativa em 31/12/2016	Título da nota explicativa	Justificativa
2.7	Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
11	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
14	Fornecedores	(b)
17	Benefício pós emprego	(b)
18	Uso do bem público	(b)
20.3.1	Ágio na emissão de ações	(b)
20.3.3	Reserva de investimento	(b)
20.4	Outros resultados abrangentes	(b)
26.1	Instrumentos financeiros	(c)
26.1.1	Classificação dos instrumentos financeiros	(c)
26.1.2	Valor justo	(c)
26.1.2.1	Mensuração a valor justo	(c)
26.2.5	Gestão de capital	(b)
29	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.1); e Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 14.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

3 Eventos significativos no período

3.1 Ministério de Minas e Energia – MME abre consultas públicas para remodelagem do setor elétrico

Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.

As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.

Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

Por fim, tem-se a perspectiva de que o Governo Federal esteja trabalhando na preparação de uma Medida Provisória, com vistas a implementar parcela das alterações propostas nas consultas públicas, que deve ser publicada até o término de 2017.

3.2 Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA para as ações preferências de classe "A"

Em 2011 acionistas detentores de ações preferenciais classe "C" (PNC), apresentaram requerimento à CVM para que esta determinasse à EDP – Energias do Brasil, a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações - OPA das ações PNC por aumento de participação.

A análise realizada pela CVM sobre a conformidade das transações realizadas com as ações PNC no ano de 2008 concluiu que não houve a ocorrência do fato gerador da obrigação de realizar OPA por aumento de participação do controlador. No mesmo processo, a CVM concluiu que as aquisições de ações preferenciais classe "A" (PNA) feitas pela Rede Lajeado Energia S.A. (então sob controle do Grupo Rede Energia) ultrapassaram o limite de 1/3 da mesma classe de ações, o que ensejaria a obrigação da Lajeado Energia S.A. (sucessora da Rede Lajeado Energia S.A.) de realizar OPA das ações PNA.

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, comunicada nos termos do Ofício nº 249/2017/CVM/SER/GER-1, a Lajeado Energia protocolou, em 10 de outubro de 2017, Pedido de Registro de Oferta Pública de Ações por Aumento de Participação, para a realização da Oferta, sob procedimento diferenciado, conforme deferido pelo Colegiado da CVM na referida decisão.

A OPA, depois de concedido o registro pela CVM, será dirigida aos detentores de PNA e se estenderá a 8.075.542 ações.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	236	983
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	38.635	24.729
Total	38.871	25.712

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxa de 90,00% a 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Rendas a receber

	30/09/2017	31/12/2016
Lajeado Energia	11.402	18.297
Paulista Lajeado Energia	1.094	1.755
CEB Lajeado	3.124	5.013
Total	15.620	25.065

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período da rubrica Rendas a receber, em contrapartida, da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 16) é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2016 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2016; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior de 4,92 p.p..

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 30/09/2017
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	5.702		136	12.909	(3.442)	(14.724)	581
ICMS	11	4					15
PIS e COFINS	-	438				(438)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1.972	546					2.518
Outros	32						32
Total	7.717	988	136	12.909	(3.442)	(15.162)	3.146

	Nota	Saldo em 31/12/2016	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 30/09/2017
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social		-	18.828			(14.724)	4.104
ICMS		25	899	(904)			20
PIS e COFINS		2.282	13.679	(10.646)	(3.442)	(438)	1.435
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		172	401	(486)			87
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	9.380		(9.380)			-
Encargos com pessoal		312	88	(171)			229
Total		12.171	33.895	(21.587)	(3.442)	(15.162)	5.875

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio com retenção de R\$9.380, conforme legislação, e liquidado em janeiro de 2017.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Resultado					
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	2017	2016
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		260	58			202	24
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.242	1.981			261	(31)
Uso do bem público - CPC 25		16.112	16.918	3.359	3.524	(641)	751
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1	28.475	29.142	48.569	50.356	1.120	(1.146)
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes			171			(171)	184
Outras		4.061	5.645	8.545	9.186	(943)	335
Total diferenças temporárias		51.150	53.915	60.473	63.066	(172)	117
Total bruto		51.150	53.915	60.473	63.066	(172)	117
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(51.150)	(53.915)	(51.150)	(53.915)		
Total		-	-	9.323	9.151		

7.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 13).

7.1.2 Resultados tributáveis futuros

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2017	2018	2019	2020	2021	2022 a 2024	A partir de 2025	Total Não circulante
4.584	6.112	6.112	5.424	5.195	13.632	10.091	51.150

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 12) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 13), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
				Circulante	Não circulante	Não circulante	Operacionais	Recultas (Despesas)	Operacionais
				30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	2017	2016
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle Comum	177,66	01/08/2002 a 15/12/2032	178	169	-	-	1.611	1.461
EDP São Paulo	Controle Comum	177,66	01/08/2005 a 15/12/2032	5	5	-	-	50	45
Uso do sistema de transmissão									
EDP São Paulo	Controle Comum	-	01/08/2005 a 15/12/2032	19	17	-	-	169	155
				202	191	-	-	1.830	1.661
Rendias a receber (Nota 5)									
Arrendamento UHE Lajeado									
Lajeado	Controladora direta	-	-	11.402	18.297	-	-	102.621	164.677
CEB Lajeado	Acionista não controlador	-	15/01/1998 a 15/01/2033	3.124	5.013	-	-	28.116	45.117
Paulista Lajeado	Acionista não controlador	-	-	1.094	1.755	-	-	9.840	15.791
				15.620	25.065	-	-	140.577	225.585
Outros créditos e Outras contas a pagar									
Devolução - Prêmio de seguro									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	31/12/2016	-	-	54	-	-	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/07/2012 até 31/12/2017	-	7	-	26	716	(281)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	-	01/01/2016 a 31/12/2018	-	-	20	22	(198)	(218)
				-	-	20	48	518	(499)
				15.822	25.256	7	54	142.925	226.747

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 23.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

O novo contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/2008, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil e a Companhia poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 30 de setembro

	2017				2016			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	618	57	110	785	636	57	108	801
Benefícios de curto prazo (b)	15			15	7			7
Total	633	57	110	800	643	57	108	808

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Prêmio de risco e Ressarcimento - GSF

Nota	Circulante		Não circulante		
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	
Prêmio de risco	9.1	48	48	503	539
Ressarcimento de custos	9.2	940	8		
		988	56	503	539

9.1 Prêmio de risco

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No período foram amortizados R\$36 (R\$36 em 2016).

9.2 Ressarcimento de custos

Devido a não repactuação do risco hidrológico por parte de algumas geradoras, diversas delas não estão liquidando junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE os montantes relativos ao GSF com base em liminares obtidas na justiça. Em contrapartida, a CCEE não está repassando aos geradores adimplentes, que é o caso da Companhia, os créditos que deveriam ter sido recebidos decorrentes das liquidações no mercado de curto prazo.

O MME e a CCEE estão se reunindo com os principais agentes do mercado para discutir as ações para este "destravamento" do mercado. Dentre as propostas, está o repasse dos custos com GSF com uma extensão do prazo de concessão, agregando ainda recuperação do GSF relativo ao atraso da transmissão e da antecipação de usinas estruturantes.

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do período.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Para o período findo em 30 de setembro de 2017 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.1 Composição do imobilizado

	30/09/2017			31/12/2016				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.745	(204.047)	490.698	2,00	694.745	(193.626)	501.119
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,30	333.683	(117.793)	215.890	3,24	333.427	(112.037)	221.390
Máquinas e equipamentos	3,07	416.365	(165.877)	250.488	4,54	404.717	(156.521)	248.196
Veículos	14,29	650	(454)	196	14,29	650	(419)	231
Móveis e utensílios	6,25	20	(5)	15	6,25	20	(4)	16
		1.559.973	(488.176)	1.071.797		1.548.069	(462.607)	1.085.462
Sistema de transmissão de conexão (Nota 10.1.1)								
Terrenos								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,55	8.328	(5.977)	2.351	23,10	8.328	(5.193)	3.135
Máquinas e equipamentos	3,25	73.603	(44.631)	28.972	3,25	72.883	(36.804)	36.079
		81.931	(50.608)	31.323		81.211	(41.997)	39.214
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,26	1.225	(692)	533	10,81	1.149	(615)	534
Veículos	14,29	805	(400)	405	14,29	805	(314)	491
Móveis e utensílios	6,25	750	(285)	465	6,25	394	(253)	141
		2.780	(1.377)	1.403		2.348	(1.182)	1.166
Total do imobilizado em serviço		1.644.684	(540.161)	1.104.523		1.631.628	(505.786)	1.125.842
Imobilizado em curso								
Geração								
Administração		240		240		131		131
Total do imobilizado em curso		35.549	-	35.549		40.541	-	40.541
Total do imobilizado		1.680.233	(540.161)	1.140.072		1.672.169	(505.786)	1.166.383

10.1.1 Linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$31.323 (R\$39.214 em 31 de dezembro de 2016) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/14 e nº 01/15 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, e assim continuará até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

10.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido		Transferên- cia para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 30/09/2017
		31/12/2016	Ingressos					
Imobilizado em serviço								
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		501.119			(10.421)			490.698
Edificações, obras civis e benfeitorias		224.525		256	(6.540)			218.241
Máquinas e equipamentos		284.809		12.444	(17.260)			279.993
Veículos		722			(121)			601
Móveis e utensílios		157		356	(33)			480
Total do imobilizado em serviço		1.125.842	-	13.056	(34.375)	-	-	1.104.523
Imobilizado em curso								
Terrenos		2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras		738	505			(97)		1.146
Edificações, obras civis e benfeitorias		256	30	(256)				30
Máquinas e equipamentos		14.243	7.102	(12.444)			729	9.630
Adiantamento a fornecedores		4.191					(811)	3.380
Depósitos Judiciais	14.1.1.1	14.305						14.305
Outros		4.726	356	(356)			250	4.976
Total do imobilizado em curso		40.541	7.993	(13.056)	-	(97)	168	35.549
Total do imobilizado		1.166.383	7.993	-	(34.375)	(97)	168	1.140.072

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



11.1 Composição do intangível

	30/09/2017				31/12/2016			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	78	(48)	30	20,00	76	(37)	39
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,42	8.100	(3.467)	4.633	20,00	8.100	(1.922)	6.178
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(10.258)	9.879	3,22	20.137	(9.772)	10.365
		<u>28.315</u>	<u>(13.773)</u>	<u>14.542</u>		<u>28.313</u>	<u>(11.731)</u>	<u>16.582</u>
Sistema de transmissão de conexão								
Serviçào permanente (Nota 10.1.1)	27,91	111	(41)	70	13,21	111	(18)	93
		<u>111</u>	<u>(41)</u>	<u>70</u>		<u>111</u>	<u>(18)</u>	<u>93</u>
Administração								
Software	20,00	1.940	(1.587)	353	20,00	1.671	(1.519)	152
		<u>1.940</u>	<u>(1.587)</u>	<u>353</u>		<u>1.671</u>	<u>(1.519)</u>	<u>152</u>
Total do intangível em serviço		<u>30.366</u>	<u>(15.401)</u>	<u>14.965</u>		<u>30.095</u>	<u>(13.268)</u>	<u>16.827</u>
Intangível em curso								
Geração		18		18		28		28
Administração		98		98		405		405
Total do intangível em curso		<u>116</u>	<u>-</u>	<u>116</u>		<u>433</u>	<u>-</u>	<u>433</u>
Total do intangível		<u>30.482</u>	<u>(15.401)</u>	<u>15.081</u>		<u>30.528</u>	<u>(13.268)</u>	<u>17.260</u>

11.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Transferên- cia para intangível em serviço	Amortiza- ções	Reclassifica- ção	Valor líquido 30/09/2017
		31/12/2016	Ingressos				
Intangível em serviço							
Software		191		271	(79)		383
Serviçào permanente		93			(23)		70
Direito de concessão - Licenças ambientais		6.178			(1.545)		4.633
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.2.1	10.365		(486)			9.879
Total do intangível em serviço		<u>16.827</u>	<u>-</u>	<u>271</u>	<u>(2.133)</u>	<u>-</u>	<u>14.965</u>
Intangível em curso							
Software		433	122	(271)		(168)	116
Total do Intangível em curso		<u>433</u>	<u>122</u>	<u>(271)</u>	<u>-</u>	<u>(168)</u>	<u>116</u>
Total do Intangível		<u>17.260</u>	<u>122</u>	<u>-</u>	<u>(2.133)</u>	<u>(168)</u>	<u>15.081</u>

11.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida no passivo. A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

12 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 19 de abril de 2017, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Foram distribuídos: (i) JSCP no valor de R\$62.534, sendo R\$48.434 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R" e R\$14.100 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", já contabilizados no exercício de 2016 conforme RCA de 19 de dezembro de 2016; e (ii) dividendos adicionais no valor de R\$62.666, sendo R\$47.945 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$14.721 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classes "A" e "C" (Nota 13.2). O JSCP foram pagos integralmente em 05 e 08 de maio de 2017 e em 22 e 23 de junho de 2017. Em 20 de julho de 2017 foram pagos parte dos dividendos adicionais no valor de R\$15.301, sendo o restante a ser pago aos acionistas, sem ajuste, no decorrer do exercício de 2017.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	Dividendos		Pagamentos não realizados		30/09/2017
	31/12/2016	Adicionais	Pagamentos	realizados	
Lajeado Energia	30.053	35.000	(41.223)		23.830
CEB Lajeado	8.234	9.589	(11.294)		6.529
Paulista Lajeado Energia	2.882	3.356	(3.953)		2.285
Acionistas não controladores (*)	2.751			13	2.764
	<u>43.920</u>	<u>47.945</u>	<u>(56.470)</u>	<u>13</u>	<u>35.408</u>

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contanto o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Finalidade	Forma de pagamento	30/09/2017				31/12/2016				
		Encargos		Principal		Encargos		Principal		
		Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	13.563	40.584	44.089	98.236	11.985	41.542	41.415	94.942
Total			13.563	40.584	44.089	98.236	11.985	41.542	41.415	94.942

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 30 de setembro de 2017 de R\$98.236 (R\$94.942 em 31 de dezembro de 2016) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2016		Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 30/09/2017
	Circulante	Não circulante					
Circulante							
Juros	11.985	(16.683)	14.721	3.540	-	13.563	
	11.985	(16.683)	14.721	3.540	-	13.563	
Não circulante							
Principal	41.415				2.674	44.089	
Juros	41.542			(3.540)	2.582	40.584	
	82.957			(3.540)	5.256	84.673	

Os juros provisionados de R\$14.721 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 19 de abril de 2017 (Nota 12). Os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 18).

13.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2017	10.023
2018	3.540
	<u>13.563</u>
Não circulante	
2018	1.180
2019	3.675
2020	3.381
2021	3.110
2022 até 2026	12.193
2027 até 2031	8.034
2032 até 2033	53.100
	<u>84.673</u>
Total	<u>98.236</u>

14 Provisões e Depósitos vinculados

Nota	Passivo				Ativo		
	Provisões				Depósitos vinculados		
	Circulante		Não circulante		Não circulante		
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	14.1		11.697	10.931	747	652	
Licenças ambientais	14.2	7.348	10.354	3.096	4.747		
Total		7.348	10.354	14.793	15.678	747	652

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 30/09/2017	Depósito judicial	
							30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas	110	251	(191)		111	281	194	573
Cíveis	9.321			(150)	745	9.916		
Outros	1.500					1.500		
Total	10.931	251	(191)	(150)	856	11.697	194	573
Não circulante	10.931					11.697	194	573
Total	10.931					11.697	194	573

14.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2017 é de R\$3.762 (R\$3.613 em 31 de dezembro de 2016).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2017 é de R\$6.154 (R\$5.708 em 31 de dezembro de 2016). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 10.2).

14.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

14.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
			Depósito judicial	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas		322	442	73
Cíveis	102.303	91.447		
Fiscais	3.171	2.995		
Total	105.474	94.764	442	73

14.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 30 de setembro de 2017 de R\$101.660 (R\$91.032 em 31 de dezembro de 2016).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 14.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 30 de setembro de 2017 de R\$58 (R\$53 em 31 de dezembro de 2016).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial e extraordinário nos quais aguardam juízo de admissibilidade pelo TRF. Em 18 de abril de 2017, a União interpôs recurso especial e a APINE apresentou as contrarrazões. Atualmente o processo aguarda julgamento.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de setembro de 2017 é de R\$426 (R\$182 em 31 de dezembro de 2016).

14.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 30 de setembro de 2017 é de R\$111 (R\$6 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação – LO nº 11.182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$5.119 (R\$3.764 em 2016). Deste montante, R\$4.785 (R\$1.734 em 2016) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$334 (R\$2.030 em 2016) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2017
Circulante	10.354	310	(4.785)	(212)	1.676	5	7.348
Não circulante	4.747			(212)	(1.676)	237	3.096
Total	15.101	310	(4.785)	(424)	-	242	10.444

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$961.794. Para fins das informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 13). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não houve variações na composição do Capital social em 30 de setembro de 2017 face a 31 de dezembro de 2016. Segue a composição do Capital social:

	30/09/2017 e 31/12/2016										Total	% Participação
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação		
Acionistas												
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	<u>402.202</u>	<u>100,00</u>	<u>255.560</u>	<u>100,00</u>	<u>16.289</u>	<u>100,00</u>	<u>5.156</u>	<u>100,00</u>	<u>107.199</u>	<u>100,00</u>	<u>786.406</u>	<u>100,00</u>

15.2 Reservas

	Nota	30/09/2017	31/12/2016
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		44.640	44.640
Retenção de lucros	15.2.1	62.787	48.066
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		33.654	33.654
Dividendo adicional proposto	15.2.2		62.666
		<u>141.081</u>	<u>189.026</u>
Total		<u>155.554</u>	<u>203.499</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

O aumento da rubrica no montante de R\$14.721 foi em consequência do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 13.2.

15.2.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$62.666, R\$47.945 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 12) e R\$14.721 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 13.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 19 de abril de 2017.

16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado são reconhecidas mensalmente conforme contrato de arrendamento.

Nota	Movimento do Período				Acumulado do Período			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
Suprimento de energia elétrica	9.195	8.670	1.694	1.499	25.932	25.814	4.723	4.334
Energia de curto prazo	(37)	401	(25)	95	2.949	3.696	532	107
Arrendamentos e alugueis			46.859	75.195			140.577	225.585
Outras receitas operacionais			164	156			481	441
Receita operacional bruta	9.158	9.071	48.692	76.945	28.881	29.510	146.313	230.467
(-) Deduções à receita operacional								
PIS/COFINS			(4.504)	(7.117)			(13.534)	(21.318)
P&D			(15)	(14)			(46)	(38)
Outros encargos			(22)	(41)			(114)	(164)
	-	-	(4.541)	(7.172)	-	-	(13.694)	(21.520)
Receitas	9.158	9.071	44.151	69.773	28.881	29.510	132.619	208.947

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Movimento do Período				01/07/2016 à 30/09/2016	
	01/07/2017 à 30/09/2017				01/07/2016 à 30/09/2016	
	Custo do serviço		Despesas operacionais		Total	Total
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras			
Energia elétrica comprada para revenda	(70)				(70)	(36)
Encargos de uso da rede elétrica	406				406	383
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.176	1.110		3.286	3.333
Material		353	28		381	336
Serviços de terceiros		2.074	1.268		3.342	4.243
Depreciação		11.149	319		11.468	11.697
Amortização		685	36		721	369
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				(29)	(29)	14
Alugueis e arrendamentos			113		113	93
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					-	(80)
Outras		(13)	445		432	397
Total	336	16.424	3.319	(29)	20.050	20.749

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Acumulado do Período				01/01/2016 à	
	01/01/2017 à 30/09/2017				30/09/2016	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Energia elétrica comprada para revenda	(271)			(271)	23	
Encargos de uso da rede elétrica	1.208			1.208	1.120	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		6.499	3.100	9.599	9.862	
Material		781	118	899	708	
Serviços de terceiros		4.202	4.013	8.215	10.673	
Depreciação		33.326	954	34.280	30.557	
Amortização		2.055	78	2.133	1.062	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				101	138	
Aluguéis e arrendamentos			302	302	292	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(17)	(80)	
Outras		95	1.185	47	1.327	1.365
Total	937	46.958	9.750	57.776	55.720	

18 Resultado financeiro

	Nota	Movimento do Período		Acumulado do Período			
		01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016		
		Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras e cauções			638	2.613	2.924	6.502	
Variações monetárias moeda nacional			253		2.228		
Juros e multa sobre impostos	6		12	80	136	550	
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras			(31)	(115)	(145)	(331)	
Outras receitas financeiras			26	(195)	67	85	
			898	2.383	5.210	6.806	
Despesas financeiras							
Encargos de dívidas	13.2			(21.142)	(14.721)	(28.435)	
Variações monetárias moeda nacional				(106)	(116)	(1.087)	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros				(143)	(419)	(1.683)	
Ajustes a valor presente (UBP, Licenças ambientais e Empréstimos e financiamentos)				(2.573)	(2.397)	(5.666)	
Atualização monetária uso do bem público					(393)	(4.612)	
Atualização monetária e juros - GSF						(82)	
Benefícios pós-emprego				(21)	(17)	(52)	
Outras despesas financeiras				(7)	(13)	(62)	
				(2.850)	(24.497)	(41.679)	
				(1.952)	(22.114)	(18.964)	(34.873)

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	22.149	26.910	55.879	118.354
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(7.531)	(9.149)	(18.999)	(40.240)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(31)	(20)	(31)	(46)
Outras	23	(8)		(31)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		394	12	931
Incentivos fiscais	6	6	18	18
Despesa de IRPJ e CSLL	(7.533)	(8.777)	(19.000)	(39.368)
Alíquota Efetiva	34,0%	32,6%	34,0%	33,3%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No período de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/07/2017 à 30/09/2017	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:				
Ordinárias (ON)	11.263	13.873	25.680	57.895
Preferenciais Classe "R" (PNR)			3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	442	562	1.040	2.345
Preferenciais Classe "B" (PNB)			189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.911	3.698	6.844	15.431
	<u>14.616</u>	<u>18.133</u>	<u>36.879</u>	<u>78.986</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)				
Ordinárias (ON)	402.202	402.202	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199	107.199	107.199
	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>	<u>786.406</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)				
Ordinárias (ON)	0,02800	0,03450	0,06385	0,14395
Preferenciais Classe "R" (PNR)			0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,02716	0,03450	0,06385	0,14395
Preferenciais Classe "B" (PNB)			0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,02716	0,03450	0,06385	0,14395

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Movimento do Período			Acumulado do Período		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 20.1	Resultado por classe de ações	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 20.1	Resultado por classe de ações
2016						
Ordinárias (ON)	9.273	4.600	13.873	40.397	17.498	57.895
Preferenciais Classe "R" (PNR)	5.893	(5.893)		25.668	(22.542)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	376	186	562	1.636	709	2.345
Preferenciais Classe "B" (PNB)	119	(119)		518	(329)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.472	1.226	3.698	10.767	4.664	15.431
	<u>18.133</u>	<u>-</u>	<u>18.133</u>	<u>78.986</u>	<u>-</u>	<u>78.986</u>
2017						
Ordinárias (ON)	7.475	3.788	11.263	18.861	6.819	25.680
Preferenciais Classe "R" (PNR)	4.750	(4.750)		11.985	(8.859)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	303	139	442	764	276	1.040
Preferenciais Classe "B" (PNB)	96	(96)		242	(53)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	1.992	919	2.911	5.027	1.817	6.844
	<u>14.616</u>	<u>-</u>	<u>14.616</u>	<u>36.879</u>	<u>-</u>	<u>36.879</u>

20.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- (i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- (ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- (i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- (ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- (iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21.1 Instrumentos financeiros

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Níveis	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
		Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	38.635	24.729	38.635	24.729
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento		236	983	236	983
Concessionárias		628	924	628	924
Ressarcimento de custos - GSF		940	8	940	8
Rendas a receber	5	15.620	25.065	15.620	25.065
Outros créditos - Partes relacionadas		7	54	7	54
		<u>56.066</u>	<u>51.763</u>	<u>56.066</u>	<u>51.763</u>
Passivos Financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores		3.084	2.218	3.084	2.218
Uso do bem público		38.227	39.805	47.387	49.759
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13				
Moeda nacional		98.236	94.942	98.236	94.942
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		20	48	20	48
		<u>139.567</u>	<u>137.013</u>	<u>148.727</u>	<u>146.967</u>

21.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de setembro de 2017 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.781	3.781	945	1.891	(945)	(1.891)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.781	3.781	945	1.891	(945)	(1.891)
		<u>3.781</u>	<u>3.781</u>	<u>945</u>	<u>1.891</u>	<u>(945)</u>	<u>(1.891)</u>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos conforme apresentado a seguir: entre 7,00% e 7,50% a.a..

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia, em 30 de setembro de 2017, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de setembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	30/09/2017					31/12/2016
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.797	121	166			3.084
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				20		20
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			13.563	14.457	70.216	98.236
Uso do bem público	395	1.172	2.996	19.116	23.708	47.387
	<u>3.192</u>	<u>1.293</u>	<u>16.725</u>	<u>33.593</u>	<u>93.924</u>	<u>148.727</u>
						<u>146.967</u>

21.2.2.1 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 30 de setembro de 2017 foi negativo em R\$6.921 (R\$23.076 negativo em 31 de dezembro de 2016). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo com as receitas provenientes do contrato de arrendamento com os acionistas.

21.2.2.2 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo.

	2017	2016
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	32.644	
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	310	5.124
Total	<u>32.954</u>	<u>5.124</u>

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	30/09/2017				31/12/2016	
	Outubro/2017 a Setembro/2018	Outubro/2018 a Setembro/2020	Outubro/2020 a Setembro/2022	A partir de Outubro 2022	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	129	24			153	492
Materiais e serviços	14.180	9.338	2.364		25.882	46.741
Prêmio de risco - GSF				272	272	272
	<u>14.309</u>	<u>9.362</u>	<u>2.364</u>	<u>272</u>	<u>26.307</u>	<u>47.505</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de setembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	30/09/2017				31/12/2016	
	Outubro/2017 a Setembro/2018	Outubro/2018 a Setembro/2020	Outubro/2020 a Setembro/2022	A partir de Outubro 2022	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	104	21			125	407
Materiais e serviços	11.385	8.375	2.286		22.046	38.723
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	<u>11.489</u>	<u>8.396</u>	<u>2.286</u>	<u>872</u>	<u>23.043</u>	<u>40.002</u>

23.2**Garantias**

Tipo de garantia	Modalidade	30/09/2017	31/12/2016
Aval de acionista	Seguro de vida	8.656	9.390
Fiança bancária	Ações judiciais	1.142	1.128
Seguro garantia	Ações judiciais	6.601	5.739
		<u>16.399</u>	<u>16.257</u>

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Hamilton Carlos Naves
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente, de Relações com Investidores e Administrativo

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Pedro Akos Litsek
Diretor Vice-Presidente

José Cherem Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Júnior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa

Conselheiro

Paulo Afonso Teixeira Machado
Conselheiro

Ademir José Scarpin
Conselheiro

André Luis Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos

Leonardo Nery dos Santos
Contador - CRC 1SP-261342/O-2 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de outubro de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Investco S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de setembro de 2017, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 27 de outubro de 2017.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 26 de outubro de 2017, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2017.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 26 de outubro de 2017, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2017, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente, Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

VITOR HUGO ALEXANDRINO DA SILVA

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle